

Interesses subalternos, sobre os quais não é preciso entrar em detalhes, entravam que se chegue logo a resultados práticos a fim de dar consequência às propostas da CPI do Orçamento, para punição dos parlamentares cujo mandato foi recomendado que se cassasse. O senador cearense Mauro Benevides (o filho, deputado Carlos Benevides, é um dos que estão na fila para punição), líder do PMDB, já se permite pedir a um jornalista que lhe pergunte se tem poder para implodir aquela Comissão Parlamentar de Inquérito; e se apressa a responder: "Isso fica para uma próxima conversa". Quer dar a entender que dispõe de tal poder. Quem não anda satisfeito com a demora na tramitação dos processos de cassação é o senador Jarbas Passarinho. Considera "desagradável" a falta de quórum que retarda a tramitação, lembrando que a CPI do Orçamento trabalhava até mesmo durante os sábados.

Enquanto isso, o presidente da Câmara admite que pode trocar os relatores que, na Comissão de Constituição e Justiça, examinarão os casos dos 17 deputados *indiciados* pela CPI do Orçamento. Alega que os nomes escolhidos pelo deputado José Dutra (PMDB-AM) estão provocando muitos protestos por parte de vários par-

lamentares. Se se tivesse querido procrastinar a decisão a ser levada ao voto do plenário, não haveria de acontecer nada tão adequado. Dutra defendeu as indicações que fez e disse que uma mudança de nomes "atrapalharia o julgamento e atrasaria os trabalhos". A quem interessa sucesso tão lamentável?

Enquanto tais fatos acontecem, a Câmara, vazia depois do carnaval, beneficia a máfia do Orçamento e compromete os trabalhos da revisão constitucional. À sessão de quinta-feira compareceram apenas 22 deputados. Tudo indica que os demais *emendaram* com os dias de descanso. O Brasil já se distingue no mundo por ser o país em que menos se trabalha, deduzidos dos 365 dias do ano os feriados, os santificados, fins de semana, facultativos (que só existem aqui), enforcados, carnaval, Semana Santa e férias legais. Agora, inventou-se o *emendado*. Nesta semana, sobraram, para fazer alguma coisa, dois dias e meio. Então, para que fazer alguma coisa? A mentalidade que se dissemina é a representada pela anedota que dá conta do caboclo deitado na rede, depois de umas e outras, exclamando para divertir os passantes: "Ah!, como é bom não fazer nada e depois descansar!"

O quórum mínimo para que haja sessão na Câmara pressupõe a

presença de 51 deputados. Com isso, a cada dia em que esse quórum não pode ser registrado, ganham tempo os envolvidos no escândalo do Orçamento e perde tempo a revisão. Pois o prazo para a defesa dos acusados pela CPI do Orça-

mento é regulado pelas sessões da Câmara; e, quanto menos ela se reúne, mais se retarda o término do prazo assinado. Quanto à revisão, já se fala na possibilidade de que finde a 30 de maio. Com o que se terá arrastado por quase sete meses!

Eis como se desenha um quadro institucional grave a que é preciso pôr fim. Há um vazio material, por causa da ausência dos titulares do mandato eletivo no Congresso, e um vazio espiritual, pela falta de competência do Executivo, descreditado mas condenado ainda a cumprir o final do quinquênio presidencial e bancar a alma do outro mundo por mais dez meses.

Talvez se pudesse dizer que escasseiam ou mesmo desapareceram as elites capazes de dirigir o País? O nível da representação parlamentar só tem caído, a partir de quando se pôs termo à ditadura do Estado Novo, nos anos 40. Des-

de 1979 a Presidência da República é ocupada (já não se diz aqui, deliberadamente, exercida) por homens que, sem a menor dúvida, não tinham condições de alcançá-la, mas chegaram lá por circunstâncias infelizes.

A grande oportunidade de recuperar o tempo perdido e arrumar a casa surge neste 1994, a 3 de outubro. Resta saber se a máquina partidária precária que aí está condescenderá em oferecer bons nomes ao eleitorado,

chamado a votar. Pois, sem bons nomes, tudo ficará na mesma.

Até lá será preciso improvisar soluções, nem que sejam aberrantes como a que sugere o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS), que estuda a possibilidade de modificar-se o calendário das sessões da Câmara, para tentar acabar com os problemas gerados pela falta de quórum: cada mês teria um número de dias reservados para os deputados viajarem a seus Estados. Fora desses dias, o parlamentar deveria dar presença. É a solução do mais ou menos, sabido que a presença é obrigatória, de segunda a sexta-feira. Emendar é preciso, mas a Constituição; e não *com* os feriados, que são muitos.

A falta de quórum para as sessões da Câmara põe a nu um aspecto inquietante da crise nacional